

Fardados ao fracasso¹

Laura Sahn Shdaior,² São Paulo

Resumo: O Fórum da rede do Centro é um espaço que objetiva a articulação dos atores do território central da cidade de São Paulo, sendo eles sociedade civil, trabalhadores e usuários dos equipamentos da rede de atenção psicossocial. Consiste na reunião mensal desses agentes e na discussão de temáticas que se relacionam com as áreas dos direitos humanos, da saúde mental e da redução de danos, da cultura e da infância e adolescência. Foi dentro dessa proposta que o tema da violência policial se apresentou com urgência, não por demandar encaminhamentos jurídicos, mas pela seriedade e gravidade do assunto. Relatos de experiências vividas pelos participantes do Fórum foram registrados por eles mesmos, e o desejo do grupo foi que esses testemunhos pudessem ganhar o mundo enquanto memória de um território cuja história é insistentemente apagada. Neste artigo, alguns desses relatos são apresentados enquanto são feitas reflexões sobre as políticas públicas destinadas à região central da cidade de São Paulo, em especial, à região conhecida como Cracolândia.

Palavras-chave: violência policial, memória, Cracolândia, rede de atenção psicossocial

- 1 Agradecimentos a Estela Sahn, André Sahn Shdaior e Beatriz Hemmelmann Prada pelo auxílio com o francês, o inglês e o espanhol, respectivamente, e especialmente a Ananda Vieira Portaro, Lara Bueloni Ghiorzi e Aluizio Marino pelas contribuições preciosas ao texto. Gratidão também aos demais participantes do Fórum da rede do Centro pelo processo que culminou na criação desta escrita. A ideia é que os depoimentos colhidos possam circular de outras maneiras para além deste artigo, como, por exemplo, por meio de uma intervenção urbana.
- 2 Mestre em Psicologia pelo Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política do Instituto de Psicologia da USP e especialista em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública. Trabalhou em Caps Ad, Ubs, no Programa de Braços Abertos e no Centro de convivência É de Lei. Coordenadora do Fórum da rede do Centro e representa o CRP no conselho estadual de políticas de drogas de São Paulo.

Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência.
(Gonzales, 1984, p. 226)

O Centro de São Paulo, onde está localizada a cena de uso de drogas mais conhecida como Cracolândia, é um território em disputa. São disputas políticas, mas também semânticas, e em algum momento já não se pode mais diferenciar umas das outras. Disputa-se a própria terra, e nessa cena a especulação imobiliária é a atriz principal. Mas o que esse jargão quer dizer, afinal? Na Cracolândia especula-se com o movimento de presença e dispersão do fluxo de usuários, uma vez que esse movimento impacta na desvalorização e valorização do território. Associado a isso, projetos urbanísticos promovem uma série de ilegalidades, sob a justificativa de “revitalizar o Centro” e retirar os usuários de drogas do espaço público: ao longo das últimas duas décadas imóveis tombados foram demolidos e pessoas despejadas à força, sem o devido atendimento habitacional. No começo dos anos 2000, sob o projeto Nova Luz, foram inaugurados equipamentos culturais que tinham como objetivo atrair a elite de volta para o Centro. Sob fortes protestos e críticas, o Nova Luz foi interrompido em 2013, mas as transformações nesse território seguem a todo o vapor. Recentemente a aposta foi a construção de um hospital e de empreendimentos habitacionais viabilizados por Parcerias Público Privadas (PPP). A construção de habitações no Centro, agenda histórica do movimento de moradia, é muito importante, entretanto, as unidades construídas não atenderam às centenas de pessoas removidas e que anteriormente viviam nesse pedaço da cidade. Em contrapartida, os novos moradores têm-se incomodado com a concentração de usuários de drogas na região, gerando ainda mais tensão no território. Junto com comerciantes, eles têm se articulado para cobrar o fim da Cracolândia.

Nesse sentido, e aqui está a outra disputa, estão em jogo as narrativas, entre as quais a da guerra às drogas é a que tem maior apelo. Internação para os dependentes químicos e prisão para os traficantes são as soluções apontadas, e aqui já não importa diferenciar uns dos outros, contanto que evacuem o local. Isso mesmo: presos, internados ou mortos, o importante é que liberem o espaço para que a especulação imobiliária possa seguir em paz.

A especulação imobiliária e a guerra às drogas auxiliam a existência uma da outra no território do Centro, mas ambas não se sustentariam, não fosse um terceiro recurso amplamente utilizado, especialmente na Cracolândia: a violência policial. É ela que garante, favorece e perpetua a realidade do Centro como ela é. Embora não seja prerrogativa do Centro da cidade de São Paulo, precisamos reconhecer que, por ali, ela tem suas especificidades. Assim como nas periferias, no Centro a polícia militar e a GCM têm uma atuação menos tímida, e, apesar de atingir muito mais alguns corpos do que outros, é nesse território, e não em outras regiões da cidade, que a violência policial não poupa corpo nenhum. Mbembe possivelmente consideraria o Centro uma colônia:

O fato de que as colônias podem ser governadas na ausência absoluta da lei provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo ... O direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. (Mbembe, 2018, p. 35)

Apesar de a narrativa da guerra às drogas ter maior alcance na mídia, existe outro discurso em disputa, menos visibilizado, mas que persiste, embora sofra tentativas de apagamento constantemente. Trata-se da narrativa da redução de danos e dos direitos humanos, que compreende a questão das drogas em contexto de vulnerabilidade social como apenas um componente de uma realidade mais complexa na qual marcadores como classe, raça e gênero também operam. Sabemos que a ideia do crack como problema principal da Cracolândia tem como intuito retirar a miséria do centro do debate. Nessa contranarrativa, o uso de drogas por quem está em situação de rua deixa de ser o foco, e a precariedade da vida das pessoas que tentam sobreviver em condições desumanas é o que ganha destaque. Nesse sentido, a violência policial passa a ser mais um dos elementos que geram sofrimento na vida desses sujeitos já desprovidos de todos os direitos.

Ao longo dos anos, os diferentes governos municipais e estaduais de São Paulo apresentaram programas e projetos que se destinavam à Cracolândia, prometendo sua erradicação, o fim da cena de uso, a revitalização do espaço público, a retomada do Centro, entre outros. Com exceção do Programa De Braços Abertos, da gestão do então prefeito Fernando Haddad, todas as

iniciativas estavam pautadas em abordagens proibicionistas, alinhadas com o discurso da guerra às drogas e vinculadas a equipamentos de saúde voltados para a internação. É o caso do Programa Recomeço, criado pelo governo do Estado em 2013 na gestão de Geraldo Alckmin, e do Programa Redenção, iniciado na gestão do então prefeito João Doria em 2017, ambos vigentes até o momento. “Também o enfrentamento desse sintoma social não se resolve mudando de problema de segurança pública para problema de saúde, porque uma das raízes do proibicionismo foi precisamente a autoridade médica moral” (Lancetti, 2015, p. 28). Além disso, todos os programas de governo foram acompanhadas de um investimento alto em segurança pública, o que significa que a violência policial é autorizada e faz parte da abordagem pensada pelo poder público para a região central de São Paulo.

A cada mudança de gestão, novas propostas são lançadas como se fossem inovadoras, ainda que sejam a reedição de ideias antigas e, pior, ineficazes. Projetos com novos nomes, o desmonte dos antigos; novos trabalhadores, a demissão dos velhos; serviços reformados, a destruição daquele que lembra o outro partido; a promessa de mudança, o cansaço de quem já ouviu essa história antes. Existe uma forte tendência a descartar o aprendizado que a experiência anterior pode transmitir, e assim o que vemos é apenas uma repetição da história e de estratégias que já se mostraram fadadas ao fracasso. Isso não é exclusivo da região central da cidade: recentemente vivemos um episódio duro da história do país, em que a ascensão da extrema direita provocou estragos ferozes em nossa democracia, e nessa ocasião pedidos para a volta da ditadura foram frequentes; ela de fato passou por perto, a sede de militares e ex-militares saudosos era grande. Difícil de acreditar, mais difícil ainda de exigir a elaboração da ditadura, quando nem o processo de elaboração da escravização foi realizado. Não existe memória daquilo que não se legitima como dado, tampouco se considera violento aquilo que se visa perpetuar – assim nos aponta Cida Bento (2022), ao falar sobre o pacto da branquitude.

Se nem as políticas públicas têm memória no território, que dirá as violações de direitos humanos, a própria violência policial. Existem iniciativas importantes de registro judicial daquilo que entendemos como violação, seja por meio da defensoria pública, da OAB ou de outros órgãos que se utilizam de meios legais para realizar um processo penal. Nesses casos, é necessário ter provas concretas, como, por exemplo, o número da viatura ou do batalhão da polícia envolvido. Na ausência de dados como esses, fica

difícil encaminhar uma denúncia ou fazer algo com aquilo que foi vivido. Por vezes a vítima tem dados suficientes, mas tem medo da exposição da denúncia e recua em dar seguimento a ela. Não sendo assim, sabemos, a experiência deixa de ter valia. Quais os efeitos psíquicos e coletivos da falta de uma representação simbólica dessas vivências? É possível haver elaboração na ausência de representação? A psicanálise nos adverte sobre a importância de poder falar para elaborar:

Uma imagem que se recusa a desaparecer é uma imagem que ainda exige consideração, um pensamento que não pode ser afastado é um pensamento que precisa ser mais explorado. Além disso, uma lembrança nunca retorna uma segunda vez depois de ter sido trabalhada; a imagem que foi “eliminada pela fala” não volta a ser vista. Quando, não obstante, isso acontece, podemos presumir com segurança que, na segunda vez, a imagem será acompanhada de um novo grupo de pensamentos, ou a ideia terá novas implicações. (Freud, 1893-1895/2006, p. 308)

Haverá possibilidade de representação simbólica da violência policial sem ser por meios legais? É com essa pergunta que o Fórum da rede do Centro procurou trabalhar. Antes de prosseguir, apresento-lhes o Fórum: um espaço que tem como objetivo promover a articulação de rede e a formação continuada, favorecendo o cuidado intersetorial e a participação social. Seus encontros acontecem mensalmente de forma itinerante e são coordenados pelo Centro de Convivência É de Lei, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha na perspectiva da redução de danos desde 1998, tendo como principais atividades a convivência para usuários de drogas, a abordagem em cenas de uso e a incidência política, da qual o Fórum faz parte.

Os encontros do Fórum contam com a participação de representantes de serviços da rede de atenção psicossocial do Centro, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Adulto, o CAPS IJ (Infanto Juvenil) e os CAPS AD (Álcool e outras Drogas), o Consultório na Rua, os Serviço de Medida Socioeducativa (MSE), a Defensoria Pública, as unidades do SESC da região e a Pinacoteca. Além de reunir trabalhadores, também conta com a presença de usuários da rede de serviços de atenção psicossocial do Centro, bem como da sociedade civil e demais atores interessados em debater temáticas relacionadas ao território. Infância e juventude, saúde mental, cultura, drogas e direitos humanos são temas transversais ao Fórum.

Interessados em discutir a questão da violência policial, os integrantes do Fórum destinaram alguns encontros para escutar e debater suas vivências, e debruçaram-se em especial sobre aquelas que não tiveram destino, ou seja, sobre aquelas que não se transformaram em denúncia, em processo jurídico, que não tiveram visibilidade. Passaram então a coletar relatos de experiências vividas, focando naquelas que não foram judicializadas, seja por falta de provas, seja por falta de desejo da vítima. O caráter de verdade não viria de dados objetivos, mas do próprio acúmulo dos testemunhos. E a ideia era mostrá-los ao resto do mundo, trazendo à tona a memória de um território sem memória, desvelando as marcas que as políticas experimentadas ali deixaram nos corpos de seus atores. Este foi um processo de elaboração coletiva, que exigiu de cada um entrar em contato com episódios duros de suas histórias particulares. Nem todos os integrantes conseguiram escrever sobre suas vivências, seja por medo de registrá-las, dificuldade de pôr no papel ou, simplesmente, de lembrar. Como descreveu Freud, ao falar de um de seus casos que experimentava a cura pela fala: “O trabalho de recordação nem sempre era fácil, e, algumas vezes, a paciente tinha que fazer grandes esforços. Certa ocasião, todo o nosso progresso ficou obstruído por algum tempo porque uma lembrança recusava-se a emergir” (Freud, 1915-1916/2006, p. 72).

Falar para curar e lembrar para devolver a história aos lugares em que o apagamento se instalou. “A memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 1994, p. 55), e uma das maneiras pelas quais os participantes do Fórum escolheram trabalhar os relatos colhidos foi por meio deste artigo, para onde alguns dos testemunhos foram trazidos. Aqui, preservamos a identidade dos autores a fim de garantir-lhes segurança, mas mantivemos os relatos na íntegra, realizando pequenas modificações no que concerne à garantia de sua compreensão e privacidade. Começamos pelo testemunho daqueles que vivem a violência na pele, ou seja, os usuários dos equipamentos da rede:

Eu vejo de dentro pra fora, vivo isso!

Amo viver isso.

Sempre esperamos pelo outro, pelo Estado, pelo parceiro, por Deus.

Onde se perdeu o meu Eu responsável?

De quem é a culpa?

Do Tarcísio?

Da GCM?

Do traficante?

Do noia?

Eu não diria culpa pra ser certo, diria responsabilidade.

A responsabilidade é minha, sua, nossa.

Quando homens como eu são alvejados com um tiro disparado pela polícia, o relatório oficial diz que ali morreu um bandido, e nós aceitamos esse relatório e os comentários em torno deles produzidos pela mídia sensacionalista.

Esse depoimento nos sacode: é necessário tomar uma posição diante daquilo que acontece. O que fazemos diante daquilo que nos é apresentado com tanta brutalidade? Por serem cotidianos e por atingirem muito mais corpos cujas vidas são tidas como menos valiosas, esses episódios vão sendo naturalizados.

Que vidas são consideradas vidas que merecem ser salvas e defendidas, e que vidas não o são? ... Quais vidas são consideradas valiosas, quais vidas são enlutadas, e quais vidas são consideradas não passíveis de luto. Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos. Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada, porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida. (Butler, 2016, p. 64)

Pessoas pobres, pretas, mulheres e pessoas trans são necessariamente mais vulnerabilizadas, o que significa ter vidas menos defendidas e menos passíveis de luto. Alguns dos relatos nos mostram isso com bastante nitidez, conforme podemos ver adiante:

Como trabalhadora do SUS, diante da proposta de relatar experiências de violência policial vividas/testemunhadas, lembro-me de um usuário. Esse usuário, um homem negro, frequenta diariamente o vão do MASP, lugar onde possui vínculos, conversa com os outros e, além disso, faz uso de maconha. Mais de uma vez, refere ter sido parado e revistado por policiais, mesmo sem fazer uso. Ao me contar, o faz com naturalidade, trazendo isso como mais um fato de seu cotidiano. Parece não significar a violência presente no quadro, o que é compreensível. Entretanto, chama a atenção a naturalização e o modo como a violência policial se cristaliza em cotidianos, de tal modo que nem sempre é percebida, elaborada pelo sujeito que é afetado.

Em um caso de parto de uma mulher cis em situação de rua na Praça da Luz, na calçada do Parque da Luz e em frente ao Museu da Língua Portuguesa, ao prestar socorro à pessoa, durante a abordagem, ouvi dos dois PMS que acompanharam a chegada da ambulância o desprezo e o julgamento moral por essa mãe, por sorte, foi um alarme falso, mas a todo tempo pensava, se ela tivesse parido ali, qual o tratamento que ela e o bebê teriam recebido? A quem defendemos o direito à vida?

Tenho frequentado há apenas 3 meses o território da Luz por conta de um trabalho sobre escuta e cidade com os equipamentos culturais. A violência da GCM é diária e muitas vezes televisionada. Em 3 horas a “limpeza urbana” vai varrendo as pessoas em situação de rua de uma quadra a outra sem pausa. GCM a cavalo trata as pessoas do fluxo como gado, empurrando as pessoas. E elas, com razão, ficam enfurecidas e acabam colocando fogo em objetos na rua. É uma guerra o que acontece todos os dias no território da Luz. Uma guerra cujo alvo são os mais vulneráveis, os pobres e pretos. Os helicópteros da polícia e da grande mídia sobrevoam o território todos os dias por volta das 16 h/17 h. Esse é o horário da transmissão do programa Brasil Urgente, “coincidentemente”. Outro dia vi uma jovem de aproximadamente 22/23 anos, empurrando um carrinho de bebê e chorando. Uma viatura a abordou, alegando que chamariam o SAMU para que ela fosse levada, internada para tomar medicação, sedada. Ela relatou e disse que não precisava ser medicada, pois ela estava chorando por problemas de violência doméstica. Embora ela tentasse argumentar, os policiais não lhe davam chance de falar, expor seus problemas, inclusive ela mesma perguntou várias vezes aos policiais por que só ela estava sendo exposta àquela situação e o marido não. Diante da situação, eu mesma intervi. Disse que achava que o caso dela deveria ser atendido na Delegacia da Mulher, o policial me advertiu para não me meter. Ainda que ela tenha relatado violência doméstica e que ela estava sofrendo constrangimento, visto que ela estava sentada no chão e 5 policiais (homens) na frente dela pressionando (não havia nenhuma policial feminina). Além disso, vieram 5 viaturas. Muita pressão para uma mulher sozinha. Após aproximadamente 1h30 por muito ela pedir e implorar para não ser levada pelo SAMU, eles a fizeram assinar um termo (não sei o quê) e a liberaram.

Esses dois últimos testemunhos contam de práticas realizadas especificamente no chamado fluxo da Cracolândia (cena de uso de drogas), onde as abordagens policiais e de zeladoria (limpeza) urbana são ainda mais frequentes e violentas, muitas vezes acompanhadas de procedimentos como ameaças de internação e de prisão, que, conforme a gestão municipal ou estadual, podem de fato vir a se concretizar. Abaixo seguem mais relatos de episódios de violência policial no fluxo propriamente dito:

Usuários do serviço de saúde, civis e trabalhadores do SUS são constantemente encurralados e forçados a se retirar das ruas do bairro da Luz (região conhecida como Cracolândia) sob ameaça de receberem bombas de gás e de efeito moral. Ameaça a qual muitas vezes se concretiza (todos os dias/anos).

Trabalho com saúde mental há aproximadamente 5 anos e sempre na região central de São Paulo, sendo os últimos 2 anos os mais caóticos para os trabalhadores da rede de cuidado (saúde, assistência) e para (principalmente) aqueles que necessitam desses serviços (usuários ou não de substâncias psicoativas). Um exemplo da mudança hostil que passa pela região foi um episódio ocorrido no início do ano, quando eu e mais dois colegas de trabalho estávamos realizando abordagens na cena de uso da Rua Guaianazes, quando uma viatura da PM parou ao nosso lado. De dentro da viatura desce um policial branco, com bigode, alto e calmamente vira para nós e diz que “podíamos ficar em paz, pois nada demais aconteceria”. Após essa fala, puxou de sua bolsa uma bomba, tirou o pino e arremessou para o meio do fluxo da Cracolândia, onde estavam, em um mar de gente, crianças, gestantes, idosos, usuários sem capacidade de correr. Após iniciar uma corrida desesperada de pessoas fugindo do fluxo, o mesmo policial abre um sorriso, entra em sua viatura e apenas deixa o local.

Na corrida desesperada de pessoas mencionada acima foram citadas crianças, mas o fato é que no fluxo elas não são vistas com tanta frequência. Meninos e meninas que vivem em situação de vulnerabilidade no Centro de São Paulo costumam preferir a Praça da Sé ou o Vale do Anhangabaú à Luz. A realidade que vivem é dura, conforme podemos ver pelos relatos dos profissionais que os acompanham:

Em 2019 policiais ameaçaram adolescentes ou a ingerir o thinner que estavam levando ou a jogar a substância na própria genitália. Eles optaram pela segunda e correram para se lavar no chafariz da Praça da Sé em seguida. No mesmo ano um jovem teve parada cardíaca após “apavoro” da Polícia.

Em 2021 um policial de Rota coagiu trabalhadores do CAPS IJ, fez filmagem pelo celular, alegando que eles permitiam que os adolescentes usassem droga em sua frente e que eles atrapalhavam o trabalho da polícia.

Ano passado um adolescente veio a óbito após ser esmurrado por um policial. Chegou em casa e faleceu, provavelmente por hemorragia interna ou qualquer questão afim.

Ainda neste ano, três adolescentes foram retirados de seu atendimento na rua (quando iriam ser encaminhados para os serviços de saúde e assistência) pela GCM, enquadrados e revistados sem motivo ou explicação, o que foi justificado pelos guardas como “procedimento padrão”. Os policiais foram avisados de que já havia encaminhamento para os adolescentes.

Como trabalhadora de Serviço de Medida Socioeducativa, pude escutar os efeitos e relatos da violência policial, que, com truculência e violação de direitos, produzem severas consequências no campo da subjetividade, bem como a manutenção e reprodução das desigualdades sociais. Uma das violências comuns que ocorriam com os adolescentes era a recorrente destruição do documento de identidade (RG) deles. Era comum a necessidade de refazer os documentos que haviam sido rasgados, ou também o auxílio com celulares, frequentemente quebrados também pelos policiais. Diferente do que, muitas vezes, se espera, os adolescentes não contavam tais histórias com destaque ou aparentes emoções, como susto ou tristeza. Muitas vezes os relatos eram feitos de forma trivial, como se os episódios fossem tão comuns, que já não eram espantosos. Importante ressaltar que, em sua maioria, os adolescentes eram negros.

Houve uma situação onde uma adolescente e seu namorado haviam comprado maconha para uso próprio e foram abordados no percurso pela “Operação Caronte”, da qual, ainda que estes não estivessem apresentando qualquer sinal de intoxicação, foram encaminhados para o CAPS IJ com

ordem de cima, a qual determinava que estes fossem “internados” (sic) no Serviço. Então, mesmo após o horário, o médico que estava no plantão fez a avaliação. E diante da condição de acolhimento integral voluntário, e do manejo dos trabalhadores do CAPS na tentativa de tranquilizar a adolescente, que estava visivelmente assustada pelo período que passou sob a polícia até ser encaminhada ao CAPS. Ela não compareceu mais ao serviço, mesmo sendo usuária do território, e não tem mais aceitado qualquer contato com a rede de cuidado (necessário, em outro contexto), pontuando a situação com o medo, ao ouvir que seria “internada” durante a Operação Caronte.

Os fortes relatos acima revelam a violência empregada contra os jovens em situação de vulnerabilidade, em sua maioria, negros, e expressam a recusa que os agentes da Segurança Pública têm de enxergá-los como crianças e adolescentes. Além disso, demonstram como essas intervenções, naturalizadas pelos que as sofrem, ferem o trabalho de outros agentes também públicos, porém, da área da Saúde. Em outras palavras, o Estado atrapalha o trabalho do próprio Estado. Foi também considerando isso que Taniele Rui assim descreveu a Cracolândia:

Múltiplos atores sociais, disputas pelo local, formas concorrentes e aparentemente contraditórias de trato estatal, diferentes maneiras de utilização desse espaço. Em resumo, trata-se de um cenário em litígio, gerido a partir da combinação conflituosa entre vigilância e cuidado, semelhante às ações em cenários de guerra. (Rui, 2014, p. 263)

Essa combinação conflituosa não se dá apenas na abordagem dos adolescentes, mas também com a população adulta em situação de rua: a intervenção policial desconsidera o trabalho da rede de atenção psicossocial, quando muito apela para as equipes de saúde com o pedido de que estas domesticuem os usuários encontrados perturbando a ordem pública. “Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem” (Gonzales, 1984, p. 226).

Em contrapartida, quando os trabalhadores da rede de atenção psicossocial procuram realizar alguma mediação durante as abordagens policiais, interpelando o confronto dos usuários com PMS ou GCMS, estes

o entendem como ingerência. Para demonstrar esse cenário, temos alguns graves testemunhos para contar:

Dois policiais chegam à porta do Serviço trazendo uma usuária de crack, moradora de rua, mulher, mãe, amarrada com tantas cordas e nós, que demorou a acreditar. Demorou menos do que desamarrá-la. Fui enquanto profissional da saúde acolhê-la, e a usuária com muita calma me diz que eles a abordaram dizendo que ela estava causando um estorvo, pois falava muito alto e que teríamos que interná-la, pois ela não podia ficar “solta na cidade”. Escutamos a mulher que, assustada, ainda com as marcas das cordas nas mãos, as pernas roxas dos cassetetes, e a impotência diante das armas de fogo que se faziam muito presentes, nos dizia que só queria retornar para sua barraquinha, pois sua filha a aguardava. Os policiais me diziam: “Não importa o que ela disser, essa vagabunda precisa ser internada, para ver se fica bem quietinha. Por isso as coisas estão do jeito que estão, até os supostos profissionais da saúde ficam alimentando esses marginais. Eles não são gente, não, minha senhora, eles são bichos”.

Um dia eu e uma colega de trabalho estávamos indo para uma reunião de trabalho (na Secretaria de Assistência Social), estávamos num carro oficial na Avenida 23 de maio, quando vimos um policial abordando um homem “em situação de rua” e o colocando de joelhos. Nós paramos e perguntamos o que estava ocorrendo, por que aquele “morador de rua” estava assim, o que estava acontecendo. O policial, mesmo nós apresentando nossos crachás, nos ameaçou de prisão, disse que ia nos dar voz de prisão se continuássemos ali interferindo na abordagem policial. Ele nos afastou dali e não permitiu que permanecêssemos acompanhando a situação.

Quando eu trabalhava no CAPS AD, um conflito entre usuários motivou alguns trabalhadores a chamar a GCM. A GCM chegou de forma violenta e se pôs ali para apartar a briga, gerando ainda mais briga. Nessas horas não existe protocolo, cada trabalhador faz o que acha certo. Muitos se tranca-ram nas salas. Eu e mais dois consideramos que fazia parte de nossa função mediar a situação. Por isso entramos na cena caótica. Meu amigo levou uma cacetada no braço quando se opôs ao guarda que jogou gás de pimenta nos olhos de uma moça. Seu braço quebrou. Q-U-E-B-R-O-U. Um GCM quebrou o braço de um homem branco privilegiado em plena luz do dia, imagina o que não tem coragem de fazer com quem está em situação de rua na calada da

noite. Depois de tudo, fui chamada na gerência e acusada de gerar todo o motim. Fiquei abismada e lisonjeada ao mesmo tempo de pensarem que eu teria o poder de mobilizar tantos usuários. Soube alguns meses depois que a gestão da organização social (OS) que geria o CAPS pediu a um dos policiais que deram queixa da minha “abordagem” para que ele escrevesse um relatório sobre mim, pois isso o ajudaria a me demitir, coisa que ele estava mesmo querendo fazer.

Essa última cena relatada traz um elemento muito importante para a discussão: a privatização dos serviços da rede de atenção psicossocial por meio das organizações sociais (OSS) põe o trabalhador em uma condição delicada. Ainda que siga os princípios do SUS, do SUAS, da luta antimanicomial, da busca de redução de danos e daquilo que é preconizado pela própria lei que funda os equipamentos dessa rede, o profissional pode ser coagido pela OS a defender seus interesses empresariais. Da mesma forma, a mudança de gestão municipal ou estadual influi diretamente na liberdade do trabalhador de realizar suas funções. Nesse sentido, a violência não é apenas policial, mas também institucional:

Em dois meses de trabalho em território presenciei cenas gratuitas de violência policial (GCM) contra a população da Cracolândia e os demais profissionais de saúde e assistência social. Enquanto instituição de saúde que oferta assistência esta população segue sendo violadora de direitos do cuidado em saúde estando em liberdade, encaminhando os usuários para comunidades terapêuticas sem suporte clínico, fortalecendo então essa prática manicomialista. Trabalho fardado ao fracasso, seguimos resistindo contra os retrocessos, força na luta e viva a RAPS, viva a redução de danos.

Esse último depoimento é muito interessante, pois testemunha sobre a ineficiência das políticas de internação, junto à ineficiência da violência policial, mistura catastrófica que mencionamos no início do texto. Há também nesse relato um erro que foi preservado porque reserva em si uma potência, já que, como chamamos na psicanálise, foi compreendido como um ato falho. Alguns esquecimentos, trocas de palavras e outros fenômenos “indicam a probabilidade de as parapraxias terem um sentido, e mostram aos senhores como esse sentido é descoberto ou confirmado pelas circunstâncias concomitantes” (Freud, 1915-1916/2006, p. 63), configurando um ato falho.

Ao falar do encaminhamento para comunidades terapêuticas, aquele que testemunhou – ou aquele que digitou o testemunho, já não importa mais –, mergulhado na temática da violência policial, diz que este é um trabalho *fardado* ao fracasso.

Fardado, como os policiais, mas também fardado como a equipe de jaleco branco. As fardas podem ser muitas, mas sempre levam ao mesmo lugar: o fracasso. *Voilà*, esta pode ser uma máxima para as políticas públicas aplicadas ao Centro: seja por meio da violência policial ou da violência manicomial, em outras palavras, seja por meio da bala de borracha, da bomba, do tiro, da prisão ou da internação forçada, todo trabalho fardado é fadado ao fracasso. O primeiro testemunho nos convoca a pensar nossa responsabilidade nisso tudo, e a pergunta que fica é: numa terra em que não se tem memória, poderá o testemunho fazer história e interromper a repetição do fracasso?

Vestidos para el fracaso

Resumen: El Foro de la red del Centro es un espacio que tiene como objetivo la articulación de los actores del territorio central de la ciudad de São Paulo, incluyendo la sociedad civil, los trabajadores y los usuarios de los servicios de la red de atención psicosocial. Consiste en la reunión mensual de estos agentes y en la discusión de temáticas relacionadas con los derechos humanos, la salud mental, la reducción de daños, la cultura, la infancia y la adolescencia. Fue dentro de esta propuesta que el tema de la violencia policial se presentó con urgencia, no porque demande acciones judiciales, sino por la seriedad y gravedad del asunto. Los relatos de las experiencias vividas por los participantes del Foro fueron registrados por ellos mismos y el deseo del grupo fue que estos testimonios pudieran llegar al mundo como memoria de un territorio cuya historia es borrada con insistencia. En este artículo, se presentan algunos de estos relatos mientras se reflexiona sobre las políticas públicas destinadas a la región central de la ciudad de São Paulo, en especial, a la región conocida como Cracolândia.

Palabras clave: violencia policial, memoria, Cracolândia, red de atención psicosocial

Dressed to fail

Abstract: The Downtown network Forum is a space that aims to articulate the players of São Paulo's city central portion: civil society, workers and users of the psychosocial attention network. It consists of a monthly gathering of those social actors, where they discuss topics related to human rights, mental health and harm reduction, culture, childhood and teenage years. Within this proposal the theme of police violence showed itself as an urgent matter, not because it demands legal action, but because of the subject's gravity and severity. Reports of situations experienced by the Forum's participants were registered by the participants themselves, and the group's desire was that those testimonies could gain the world as memories of a territory whose history is persistently erased. In this article, some of those testimonies are presented alongside thoughts about public policies intended for São Paulo's central part, especially for the region known as Cracolândia.

Keywords: police violence, memory, Cracolândia, psychosocial attention network

Tenue à l'échec

Résumé : Le Forum du réseau du Centre est un espace qui a comme but l'articulation des acteurs du territoire central de la ville de São Paulo, soit disant la société civile, les travailleurs et les usagers des équipements du réseau d'attention psychosocial. Il s'agit d'une réunion par mois de ces agents et de la discussion des thèmes qui ont relation avec les domaines des droits humains, de la santé mentale et de la réduction de dommages, de la culture et de l'enfance et adolescence. C'était dans ce propos que la question de la violence policière se fait présente avec urgence, pas pour demander des questions juridiques, mais à cause de la gravité du sujet. Des rapports d'expériences vécues par les participants du Forum ont été enregistrés par eux mêmes et leur désir était de les faire voire au monde, comme une mémoire d'un espace dont l'histoire est constamment effacé. Dans cette article, sont présentés quelques rapports, et au même temps quelques réflexions sur les politiques publiques destinées à la région centrale de la ville de São Paulo, surtout la part connue comme Cracolândia.

Mots-clés : violence de la police, mémoire, Cracolândia, réseau d'attention psychosocial

Referências

- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3ª ed.). Companhia das Letras.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Freud, S. (2006). Conferências introdutórias sobre psicanálise (Partes I e II). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22). Imago. (Trabalho original publicado em 1915-1916)
- Freud, S. (2006). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 2). Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Lancetti, A. (2015). *Contrafissura e plasticidade psíquica*. Hucitec.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- Rui, T. (2014). *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. Terceiro Nome.

Laura Sahm Shdaior

laura.shdaior@gmail.com

Recebido em: 14/8/2023

Aceito em: 20/9/2023